



PREFEITURA DE
VILA VELHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE VILA VELHA
SEMSA/PMVV

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

Processo nº. 29523/2026

Versão II

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

I. INFORMAÇÕES GERAIS

PROCESSO Nº: 29523/2026

ÁREA REQUISITANTE: Atenção Especializada/SEMSA

OBJETO PRETENDIDO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de telessaúde, objetivando soluções tecnológicas, realização de teleconsultas médicas especializadas, teleconsultorias assíncronas, telemonitoramento de pacientes e ações de teleducação, em conformidade com as diretrizes da saúde digital do Sistema Único de Saúde (SUS).

- 1.1 O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.
- 1.2 O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.
- 1.3 Os bens tratados neste ETP são considerados “comuns”, pois se enquadram na classificação nos termos do Art. 6º inciso XIII da Lei 14.133 de 2021, e o Art. 2º parágrafo 1º do Decreto Municipal Nº 94, de 03 de outubro de 2005.

“aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais do mercado.”

- 1.4 Declaramos que o modelo do Estudo Técnico Preliminar – ETP adotado trata do Anexo Único do Decreto Municipal nº 345/2023. Em atenção ao Art. 8º do decreto citado avalia-se não ser necessário classificar este ETP como sensível e/ou sigiloso, nos termos da Lei de Acesso à Informação (12.527/2011).

II. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE AQUISIÇÃO

- 2.1 O Município de Vila Velha enfrenta cenário persistente de demanda reprimida por consultas médicas especializadas, refletido em longos tempos de espera, prejuízos à continuidade do cuidado e comprometimento da integralidade da atenção à saúde ofertada à população. Tal situação impacta diretamente a resolutividade da Rede de Atenção à Saúde e os aspectos clínicos, sociais e psicológicos dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), evidenciando a necessidade de adoção de estratégias que ampliem o acesso e qualifiquem a atenção especializada.
- 2.2 Nesse contexto, a telessaúde consolida-se como instrumento estratégico e estruturante, amplamente regulamentado e incentivado pelo Ministério da Saúde, para o enfrentamento das desigualdades de acesso, ampliação da oferta de serviços especializados e otimização dos recursos públicos. A utilização dessa modalidade possibilita a redução de filas, o aumento da cobertura assistencial e o fortalecimento da

atenção especializada, especialmente diante da limitação de oferta local de profissionais médicos em determinadas especialidades.

- 2.3** A necessidade da presente contratação decorre, de forma objetiva, da aprovação do projeto e do respectivo plano de trabalho submetidos ao Edital de Chamamento Público nº 03/2025, do Ministério da Saúde, destinado à seleção de projetos voltados à oferta e à ampliação de serviços de telessaúde no âmbito do SUS, com integração às plataformas oficiais e à Rede Nacional de Dados em Saúde (RNDS), em alinhamento ao Programa Agora Tem Especialistas. O resultado final dessa seleção foi formalizado por meio da Portaria SEIDIGI/MS nº 8, de 6 de novembro de 2025, que tornou pública a aprovação do projeto apresentado pelo Município de Vila Velha.
- 2.4** Adicionalmente, a Portaria SEIDIGI/MS nº 14, de 24 de novembro de 2025, estabeleceu as diretrizes para o repasse de recursos financeiros, na modalidade fundo a fundo, aos entes federativos cujas propostas foram selecionadas no âmbito do referido edital, condicionando a execução do objeto à adequada estruturação dos serviços de telessaúde, conforme as diretrizes técnicas, assistenciais e tecnológicas definidas pelo Ministério da Saúde. Dessa forma, a contratação pretendida revela-se indispensável para viabilizar a correta aplicação dos recursos federais e o cumprimento das obrigações assumidas no plano de trabalho aprovado.
- 2.5** As especialidades médicas definidas para compor a oferta de telessaúde no município, cardiologia e ginecologia, foram selecionadas dentre aquelas expressamente elencadas pelo Ministério da Saúde no Edital nº 03/2025, considerando critérios técnicos, epidemiológicos e assistenciais, bem como a elevada demanda reprimida identificada na rede municipal de saúde. Tais especialidades apresentam impacto direto na redução de morbimortalidade, no acompanhamento de condições crônicas e na promoção da saúde da população, justificando sua priorização no escopo do projeto aprovado.
- 2.6** Ressalta-se, ainda, que a implementação da telessaúde no Município de Vila Velha mostra-se especialmente estratégica diante das limitações da infraestrutura física atualmente existente, uma vez que o Centro de Especialidades Médicas se encontra com capacidade física esgotada, não comportando a ampliação do número de profissionais presenciais. Soma-se a isso o fato de o Município enfrentar dificuldades recorrentes nos processos seletivos para contratação de médicos especialistas, evidenciadas pela baixa adesão de profissionais aos certames e, quando há inscritos, pelo não comparecimento para posse, mesmo após a seleção e nomeação, o que compromete a ampliação da oferta assistencial por meios convencionais.
- 2.7** Nesse cenário, a telessaúde apresenta-se como alternativa viável, eficiente e sustentável para a ampliação do acesso às consultas especializadas, independentemente das limitações físicas das unidades de saúde e das dificuldades de provimento de profissionais no modelo presencial, garantindo maior continuidade do cuidado e maior resolutividade da atenção especializada.
- 2.8** A contratação de empresa especializada revela-se necessária para assegurar a disponibilização de médicos especialistas, soluções tecnológicas, conectividade, suporte técnico e manutenção contínua, garantindo a



PREFEITURA DE
VILA VELHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE VILA VELHA
SEMSA/PMVV

operacionalização eficiente das modalidades de teleconsulta especializada, teleconsultoria assíncrona, telemonitoramento e teleducação. Esse modelo transfere à contratada a responsabilidade pela estrutura tecnológica e pela mão de obra especializada, permitindo que o Município concentre seus esforços na gestão assistencial, no monitoramento da execução contratual e na avaliação dos resultados alcançados.

2.9 Dessa forma, a aquisição pretendida é imprescindível para a efetiva implementação do projeto de telessaúde aprovado, para o cumprimento das diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde e para o fortalecimento da Rede de Atenção à Saúde do Município de Vila Velha, em conformidade com a legislação vigente e com os princípios do Sistema Único de Saúde.

2.10 Acerca de consulta de interesse às demais Unidades Gestoras Municipais e consulta de Atas de Registro de Preço vigente:

2.10.1 No que se refere à consulta às demais unidades gestoras municipais acerca do interesse na contratação, esclarece-se que, em razão da natureza do objeto — consistente na prestação de serviços especializados de saúde no âmbito da telessaúde — a Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA) constitui a única unidade gestora responsável pela execução direta das ações e serviços correlatos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) municipal.

2.10.2 Dessa forma, não há pertinência administrativa ou operacional na ampliação da contratação a outras unidades gestoras do Município, considerando que o objeto está intrinsecamente vinculado às competências legais e institucionais da SEMSA.

2.10.3 Adicionalmente, quanto à modalidade de contratação, registra-se que não se aplica a utilização de Sistema de Registro de Preços, uma vez que o objeto envolve a contratação de serviços especializados de natureza continuada, com características específicas, quantitativos previamente estimados e execução vinculada à realidade assistencial da Rede SUS Municipal.

2.10.4 A natureza do serviço exige modelagem contratual própria, com definição clara de responsabilidades técnicas, indicadores de desempenho e obrigações assistenciais, o que afasta a adoção de ata de registro de preço vigente, por não se tratar de aquisição padronizada ou demanda eventual e compartilhável.

2.10.5 Assim, justifica-se a adoção de contratação específica por meio de instrumento contratual próprio, adequado às particularidades da política pública de saúde municipal e às necessidades assistenciais identificadas.

III. PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÃO

O Plano Anual de Contratação (PAC) da Secretaria Municipal de Saúde de Vila Velha para 2026 encontra-se disponível <https://transparencia.vilavelha.es.gov.br/v2/#/listaPlanoAnual>, estando previsto no seguinte item:



PREFEITURA DE
VILA VELHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE VILA VELHA
SEMSA/PMVV

- PCW00700.2026-49 - Aquisição: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de telessaúde, abrangendo a disponibilização de médicos especialistas, plataforma tecnológica compatível e integrada ao prontuário eletrônico da SEMSA/VV, infraestrutura tecnológica completa, conectividade, suporte técnico e manutenção, com foco nas modalidades de teleconsulta especializada e teleconsultoria assíncrona.

IV. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 O objeto a ser licitado trata-se de contratação de serviços especializados em telessaúde.

Assim, para que a presente aquisição seja adquirida, existem requisitos mínimos, tais como:

- Ser pessoa jurídica de direito privado;
- Possuir expertise em desenvolvimento e integração de solução tecnológica de teleatendimento;
- Possuir expertise em atendimento na modalidade telessaúde;
- Ter contrato vigente com profissionais médicos devidamente registrados (CRM + RQE);
- Possuir responsável técnico devidamente registrado no conselho da classe profissional;
- Cumprir com o tempo mínimo de consulta de 15 minutos;
- Garantir início do atendimento em até 15 minutos do horário agendado;
- Fornecer dados para cadastro no CNES;
- Observar integralmente a Resolução CFM nº 2.314/2022;
- Manter sigilo absoluto dos dados dos pacientes;
- Prover suporte técnico, hospedagem e operação da plataforma.

4.2 AMOSTRA:

- 4.2.1 Considerando a especificidade do objeto contratado, não se aplica a exigência de amostras para a presente contratação. Os serviços de Consultas Presenciais e/ou Teleconsultas envolvem a prestação direta de atendimento especializado à saúde, cuja qualidade e adequação não podem ser demonstradas previamente por meio de amostras, sendo avaliadas durante a execução contratual com base nos critérios técnicos e profissionais estabelecidos neste Termo de Referência.

4.3 GARANTIA CONTRATUAL

- 4.3.1 A CONTRATADA deverá depositar, a título de caução para garantia de execução do Contrato, a importância correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, em uma das modalidades previstas no art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações. O prazo de validade da garantia será igual ao prazo de vigência contratual acrescido de 03 (três) meses.
- 4.3.2 A CONTRATADA deverá apresentar à Administração, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data da assinatura do Contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução

em dinheiro, títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, observadas as disposições do Decreto Municipal nº 095/2016.

4.3.3 Sem prejuízo das demais hipóteses previstas na regulamentação vigente, a garantia poderá ser utilizada para o pagamento de:

4.3.3.1 Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato;

4.3.3.2 Prejuízos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato;

4.3.3.3 Multas aplicadas pela Administração à Contratada;

4.3.3.4 Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas, quando couber.

4.3.4 O valor ou o prazo de validade de garantia de execução do Contrato deverá ser aumentado na mesma proporção sempre que houver aditamentos de valor ou de prazo de vigência contratual.

4.3.5 A garantia de execução do Contrato será restituída mediante requerimento da Contratada, após a expedição do Termo de Execução Definitiva dos SERVIÇOS/FORNECIMENTOS.

4.3.6 Em se tratando de Fiança Bancária ou Título da Dívida Pública ou Seguro-Garantia, o documento pertinente deverá ser apresentado ao Gestor do Contrato e posteriormente encaminhado à SEMFI.

4.3.7 O Título da Dívida Pública a ser ofertado tem que ser um título atual, em circulação normal no mercado, e com possibilidade de resgate imediato.

4.3.8 A garantia em dinheiro deverá ser depositada em conta específica no Banco do Brasil, em favor do Município de Vila Velha.

4.3.9 Na hipótese de a garantia ser prestada mediante Carta Fiança Bancária, esta deverá ser apresentada com firma reconhecida a conter expressa renúncia aos benefícios referidos no Código Civil Brasileiro. O Banco fiador deverá ter estabelecimento em Vila Velha/ES.

4.3.10 Ocorrendo aumento no valor contratual por acréscimo dos serviços, o CONTRATADO deverá proceder ao reforço da garantia inicial no mesmo percentual estabelecido.

4.3.11 Havendo prorrogação do prazo, formalmente admitida pela Administração, deverá o CONTRATADO reapresentar quaisquer das modalidades de garantia previstas no Contrato e por essa escolhida, de forma a abranger o período de prorrogação, retendo a Administração dos créditos da contratada, enquanto não efetivar tal garantia, o valor a ela correspondente.



**PREFEITURA DE
VILA VELHA**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE VILA VELHA
SEMSA/PMVV**

- 4.3.12 Os valores depositados a título de garantia quando de sua restituição ao contratado serão corrigidos monetariamente tendo como base o índice de correção da Caderneta de Poupança no período.
- 4.3.13 A Garantia só será liberada ante a comprovação de que o CONTRATADO pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação. Caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês, após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela Administração.

4.4 VISITA TÉCNICA:

- 4.4.1 Não será necessário a visita técnica dada a natureza da contratação em tela.

4.5 DA VIGÊNCIA, DO PRAZO DE INÍCIO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO/DO LOCAL, DO PRAZO DE INÍCIO DA EXECUÇÃO

- 4.6 O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses a partir do início da execução do objeto, terá início no dia subsequente ao da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por igual período conforme Art. 107 da Lei 14.133/21 e arts. 12, 13, 14, 146, 149 do Decreto Municipal 307/2023.

4.7 LOCAL DE EXECUÇÃO

- 4.7.1 A prestação dos serviços, incluindo do tudo que for necessário para a operacionalização da prestação dos serviços especificados neste estudo técnico, ocorrerá através de Plataforma Web Funcional, onde serão disponibilizados, para o efetivo uso, todos os recursos necessários para a prestação dos serviços de Telessaúde, através do módulo mais indicado para a satisfação dos profissionais cadastrados e do usuário do SUS.
- 4.7.1.1 A equipe médica que atenderá de forma remota pela plataforma deverá estar devidamente preparada para o acesso virtual, com todos equipamentos necessários, sem custo para a contratante.
- 4.7.2 Os serviços deverão ocorrer dentro de horário de 07h às 19h, de segunda a sexta-feira, sem excluir a realização destes em dias e horários alternativos, desde que sejam previamente acordados entre o contratante e a contratada.

4.8 FORMA DE EXECUÇÃO

Da solução tecnológica

- 4.8.1 Desenvolver, implantar e integrar à plataforma de teleconsulta, já existente da Secretaria Municipal de Saúde de Vila Velha (atualmente em uso, que pode ser acessada através do link: <https://agenda.vilavelha.es.gov.br/>), por meio de interfaces de programação de aplicações (APIs), os módulos de teleconsultoria assíncrona, telemonitoramento e teleducação, garantindo a interoperabilidade entre os sistemas, o adequado tráfego e compartilhamento de dados, bem como o



**PREFEITURA DE
VILA VELHA**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE VILA VELHA
SEMSA/PMVV**

registro integrado das informações em ambiente único, de forma segura e em conformidade com as normas aplicáveis.

- 4.8.2 Realizar sincronização de agendas, prontuários eletrônicos e cadastro de pacientes em tempo real;
- 4.8.3 Possuir sala de espera virtual onde o paciente acessa o link via plataforma atual. O sistema verifica permissões e status de conexão;
- 4.8.4 Possuir interface de videoconferência para execução de vídeo em alta definição com protocolo que dispensa a instalação de softwares externos integrado à tela de prontuário;
- 4.8.5 Realizar registro clínico no qual o médico preenche o atendimento na plataforma existente enquanto visualiza o paciente, garantindo a unicidade das informações no prontuário do paciente;
- 4.8.6 Realizar a assinatura digital para emissão de receitas, atestados e exames com validade jurídica;
- 4.8.7 Enviar automaticamente documentos por SMS/E-mail com QR Code para validação em farmácias.
- 4.8.8 Possuir interface intuitiva para facilitar a utilização por profissionais de saúde;
- 4.8.9 Definição de níveis de serviço para garantir que problemas de conexão não interrompam a assistência médica;
- 4.8.10 A plataforma deverá garantir disponibilidade mínima de 99% mensal, excluindo períodos programados de manutenção previamente comunicados.
- 4.8.11 Todo o tráfego de vídeo, áudio e dados entre o médico e o paciente deve ser criptografado para impedir a interceptação por terceiros
- 4.8.12 A plataforma deve ser certificada com selos de segurança como o da SBIS, (Sociedade Brasileira de Informática em Saúde), ou equivalentes, ou que atendam ao padrão HIPAA.
- 4.8.13 O acesso deve ser limitado apenas a profissionais autorizados, com uso de autenticação forte (senhas complexas, MFA - autenticação multifator).
- 4.8.14 Para que receitas, atestados e prontuários tenham validade legal, a assinatura do médico deve ser feita com certificado digital ICP-Brasil;
- 4.8.15 O serviço deve ter políticas claras de coleta, armazenamento, compartilhamento e exclusão de dados pessoais e sensíveis;
- 4.8.16 Antes da consulta o paciente deve dar consentimento explícito ciente de que suas informações serão tratadas digitalmente;



- 4.8.17 A consulta deve ser obrigatoriamente registrada em prontuário eletrônico seguro e sigiloso, garantindo a integridade da informação. O prontuário utilizado será conforme determinado pela Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA/VV, atualmente em uso do e-SUS PEC.
- 4.8.18 A plataforma deve possuir métodos de confirmação de identidade seguros antes do início da teleconsulta;
- 4.8.19 O médico deve realizar a consulta em local reservado, garantindo a confidencialidade da conversa, similar a um consultório físico;
- 4.8.20 A CONTRATADA deve realizar monitoramento constante de quem acessa os dados e realização de backups automáticos para prevenir perda de informações;
- 4.8.21 A CONTRATADA deve adotar firewalls e sistemas de proteção cibernética (zero trust) para proteger contra ataques ao setor de saúde.
- 4.8.22 A execução dos serviços assistenciais observará curva progressiva de implantação, compatível com a disponibilização dos módulos tecnológicos, capacitação das equipes e adesão dos usuários, atingindo sua plena capacidade operacional após a conclusão da fase de implantação.

Fase 1 – Implantação da Solução (pagamento por marcos)

- 4.8.23 A execução dos serviços referentes ao desenvolvimento, implantação e integração da solução tecnológica será aferida por meio do cumprimento de marcos de entrega, vinculados à apresentação e validação dos produtos pela CONTRATANTE.
- 4.8.24 A fase de implantação corresponderá a 70% (setenta por cento) do valor total do item, sendo remunerada de forma proporcional ao cumprimento de cada marco.
- 4.8.25 Para fins de pagamento, a CONTRATADA deverá comprovar a execução de cada etapa mediante a entrega de relatórios técnicos, documentação comprobatória e evidências de funcionamento das soluções implementadas.
- 4.8.26 O pagamento será realizado de forma proporcional ao cumprimento de cada marco, conforme percentuais abaixo definidos:

Marco	Descrição	% do valor do item
M1	Planejamento técnico e arquitetura da solução (documento aprovado)	15%



Marco	Descrição	% do valor do item
M2	Desenvolvimento das APIs e módulos (teleconsultoria, telemonitoramento, teleducação)	30%
M3	Integração com sistema existente + testes funcionais validados	25%
M4	Implantação em produção + validação completa	20%
M5	Treinamento + entrega de documentação técnica	10%

4.8.27 O aceite de cada etapa estará condicionado à validação formal pela fiscalização do contrato, mediante verificação da conformidade com os requisitos estabelecidos neste Termo de Referência.

Fase 2 – sustentação (após implantação)

Da Sustentação e Níveis de Serviço

4.8.28 Após a conclusão da fase de implantação, a CONTRATADA deverá garantir a manutenção, suporte e pleno funcionamento da solução tecnológica.

4.8.29 A fase de sustentação corresponderá a 30% (trinta por cento) do valor total do item, sendo sua remuneração realizada de forma mensal, proporcional ao período de execução contratual.

4.8.30 O pagamento mensal estará condicionado ao atendimento dos níveis mínimos de serviço (SLA), conforme parâmetros abaixo:

- Disponibilidade mínima mensal da plataforma: 99%
- Funcionamento contínuo das APIs e integrações
- Ausência de falhas críticas não resolvidas
- Tempo de resposta adequado das funcionalidades

4.8.31 A CONTRATADA deverá apresentar relatório mensal contendo:

- indicadores de disponibilidade
- registros de incidentes
- ações corretivas realizadas
- evidências de funcionamento do sistema

Da Responsabilidade Técnica

4.8.32 Previamente à assinatura do contrato, a empresa vencedora deverá comprovar a indicação formal de Responsável Técnico médico, devidamente inscrito e regular perante o Conselho Regional de Medicina competente, com apresentação de:

- Certidão de regularidade profissional;
- Registro ativo no Conselho Regional de Medicina;
- Comprovação de vínculo com a empresa contratada;
- Registro da especialidade, quando aplicável.

4.8.33 A comprovação da responsabilidade técnica é requisito indispensável para a formalização do contrato, considerando que o objeto envolve a prestação de serviços médicos especializados na modalidade de telemedicina, nos termos da Lei nº 14.510/2022 e da Resolução CFM nº 2.314/2022.

4.8.34 A ausência de comprovação da responsabilidade técnica impedirá a celebração do contrato.

Das Teleconsultas

4.8.35 As teleconsultas na atenção especializada em saúde por meio de plataforma computacional, serão elencadas por especialidade clínica e dimensionadas de acordo com a necessidade da contratante.

4.8.36 A CONTRATADA deverá manter responsável técnico durante toda a vigência contratual, comunicando formalmente qualquer substituição, acompanhada da respectiva documentação comprobatória.

4.8.37 A faixa etária para a realização dos procedimentos, objeto deste projeto—está compreendida de 18 a 130 anos, de acordo com as especificidades de cada especialidade médica elencada.

4.8.38 O serviço deverá estar de acordo com os Protocolos e Diretrizes Clínicas da Especialidade Médica e Diretrizes da Atenção Ambulatorial Especializada no SUS.

4.8.39 O serviço deverá ser realizado de acordo com os critérios estabelecidos por cada Sociedade Brasileira correspondente.

4.8.40 A relação da equipe médica que realizará o atendimento deverá ser apresentada pela contratada, 15 (quinze dias) antes do início dos atendimentos, acompanhada de Diploma ou Certificado de conclusão do Curso de Medicina, Certificado de Conclusão de Residência Médica e/ou Título de Especialização (se for especialista), Certificado de Registro da Especialidade junto ao Conselho Regional de Medicina competente. Para cada troca de profissionais, as documentações deverão ser atualizadas tendo em vista a necessidade de cadastro dos profissionais no CNES.

4.8.41 Não serão aceitas teleconsultas feitas por profissionais médicos que não tenham sua documentação descrita no item anterior, enviada previamente.



**PREFEITURA DE
VILA VELHA**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE VILA VELHA
SEMSA/PMVV**

- 4.8.42 Os profissionais deverão:
- 4.8.42.1 Receber capacitação específica sobre os protocolos municipais rede municipal de saúde;
 - 4.8.42.2 Receber treinamento em plataformas de atendimento e Prontuário Eletrônico em Rede;
 - 4.8.42.3 Receber treinamento quanto às boas práticas na realização da consulta remota, com atenção para adequada ambientação, assim como em relação à segurança e privacidade das informações/ proteção de dados /LGPD;
 - 4.8.42.4 Prescrever medicações conforme a REMUME. Em casos de prescrição de medicação não relacionada na REMUME ou RENAME deverá, obrigatoriamente, conter o nome da substância farmacológica;
 - 4.8.42.5 Adotar condutas estritamente antidiscriminatórias, livres de vieses religiosos e morais, e focadas no respeito à diversidade, autonomia do usuário e rigor científico, sempre garantindo o sigilo e a confidencialidade das informações;
- 4.8.43 A CONTRATADA deverá fornecer atendimento através de intérprete de libras para pessoas surdas nos termos das leis 12.319/2010, em consonância ao Decreto nº 5626/2005 que regulamenta a Lei nº 10.436/2002 que dispõe sobre a tradução em Libras;
- 4.8.44 Os serviços contratados consistem na realização de consultas clínicas através do uso de plataforma computacional de telessaúde, contribuindo como uma importante ferramenta complementar para o atendimento ambulatorial, de forma a reduzir filas existentes, bem como promover a saúde da população com celeridade e eficácia, por profissionais médicos especialistas, nas quantidades anuais indicadas.
- 4.8.45 A teleconsulta deve ocorrer em tempo real online, por multimeios em tecnologia.
- 4.8.46 Todas as teleconsultas realizadas, independentemente da especialidade, devem ser devidamente registradas em prontuário eletrônico (e-SUS PEC). Este registro deverá incluir informações completas sobre o atendimento, como diagnóstico, conduta clínica, prescrições e orientações fornecidas.
- 4.8.47 Os profissionais que utilizarão o sistema e-SUS PEC, para registro do histórico clínico dos pacientes, deverão apresentar regularidade cadastral no CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde), de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde.
- 4.8.48 A CONTRATADA poderá disponibilizar profissionais médicos especialistas para atuação remota a partir de qualquer local do território nacional, sem qualquer vínculo com a CONTRATANTE, desde que devidamente inscritos e regulares perante o Conselho Regional de Medicina competente, com Registro de Qualificação de Especialista (RQE) compatível com a especialidade ofertada.



**PREFEITURA DE
VILA VELHA**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE VILA VELHA
SEMSA/PMVV**

- 4.8.49 As teleconsultas devem ser asseguradas no horário de 07h às 19h, de segunda-feira à sexta-feira, mediante agendamento, podendo ser disponibilizado período noturno.
- 4.8.50 Os serviços devem ser executados por meio de metodologias interativas de comunicação audiovisual e de dados, gestão de serviços diagnósticos, ferramentas informatizadas e metodologia de gerenciamento para melhoria de atendimento com qualidade e agilidade, práticas e condutas de tratamento, obedecendo os critérios estabelecidos para certificação dos sistemas de informação conforme a Resolução CFM nº 2.314, de 20 de abril de 2022, e ditames estabelecidos pela Lei nº 14.510, de 27 de dezembro de 2022.
- 4.8.51 As receitas médicas, pedidos de exames, atestados e outros deverão ser enviadas diretamente para o usuário cadastrado, com assinatura digital do profissional médico.
- 4.8.52 Os atendimentos virtuais realizados por profissionais de saúde serão evoluídos em Prontuário Eletrônico da contratante.
- 4.8.53 Os atendimentos deverão ser realizados em ambiente profissional adequado, preparado especificamente para a realização de consultas médicas remotas, garantindo: privacidade e confidencialidade das informações assistenciais, ausência de interferências sonoras ou visuais externas que comprometam a qualidade do atendimento, fundo visual neutro e apropriado ao exercício profissional, condições que assegurem postura ética e apresentação compatível com a prática médica.
- 4.8.54 É vedada a realização de teleconsultas em ambientes informais ou que não assegurem condições mínimas de sigilo, concentração e profissionalismo, devendo a CONTRATADA fiscalizar e garantir o cumprimento dessas exigências.
- 4.8.55 A CONTRATADA será integralmente responsável por disponibilizar toda a infraestrutura tecnológica necessária à adequada execução dos serviços, incluindo, no mínimo:
- a) computador ou equipamento equivalente com desempenho compatível;
 - b) câmera (webcam) com qualidade de imagem adequada;
 - c) microfone e sistema de áudio que assegurem clareza na comunicação;
 - d) conexão de internet estável e com largura de banda suficiente para atendimento síncrono por vídeo;
 - e) ambiente seguro de acesso à plataforma, com mecanismos de autenticação e proteção de dados.
- 4.8.56 Eventuais falhas decorrentes de deficiência de infraestrutura tecnológica da CONTRATADA não poderão ser imputadas à CONTRATANTE e deverão ser sanadas imediatamente, sob pena de aplicação das sanções previstas contratualmente.

Da teleconsultoria assíncrona

- 4.8.57 As teleconsultorias assíncronas na atenção especializada em saúde por meio de plataforma computacional, serão elencadas por especialidade clínica e dimensionadas de acordo com a



**PREFEITURA DE
VILA VELHA**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE VILA VELHA
SEMSA/PMVV**

necessidade da contratante, integradas ao complexo regulador para referência/contrarreferência, com prazo máximo de resposta de 72 horas;

- 4.8.58 Desenvolvimento de protocolos de encaminhamento em conjunto com a Atenção Primária em Saúde (APS) e Especialistas;
- 4.8.59 Os profissionais deverão:
 - 4.8.59.1 Receber capacitação específica sobre os protocolos municipais rede municipal de saúde;
 - 4.8.59.2 Receber treinamento em plataformas de atendimento e Prontuário Eletrônico em Rede;
 - 4.8.59.3 Receber treinamento quanto às boas práticas na realização da teleconsultoria assíncrona, com atenção para adequada ambientação, assim como em relação à segurança e privacidade das informações/ proteção de dados /LGPD;
 - 4.8.59.4 Adotar condutas estritamente antidiscriminatórias, livres de vieses religiosos e morais, e focadas no respeito à diversidade, autonomia do usuário e rigor científico, sempre garantindo o sigilo e a confidencialidade das informações;
- 4.8.60 Os serviços contratados consistem na realização de teleconsultoria para apoio a profissionais da APS;
- 4.8.61 A execução deve ocorrer em ambiente seguro que permite o envio de mensagens anexos e mídias;
- 4.8.62 O sistema deve priorizar casos conforme a gravidade descrita;
- 4.8.63 Todas as consultorias realizadas, independentemente da especialidade, devem ser devidamente registradas. Este registro deverá incluir uma orientação direta e sugestão de conduta clínica;
- 4.8.64 A CONTRATADA deverá disponibilizar profissionais médicos especialistas que realizarão os atendimentos, devidamente inscritos nos seus respectivos Conselhos Regionais competentes e com Registro de Qualificação de Especialista (RQE) compatível com a especialidade ofertada, sem qualquer vínculo com a CONTRATANTE;
- 4.8.65 As teleconsultorias devem ser asseguradas no horário de 07h às 19h, de segunda-feira à sexta-feira;
- 4.8.66 Os serviços devem ser executados por meio de metodologias interativas de comunicação audiovisual e de dados, gestão de serviços diagnósticos, ferramentas informatizadas e metodologia de gerenciamento para melhoria de atendimento com qualidade e agilidade, práticas e condutas de tratamento, obedecendo os critérios estabelecidos para certificação dos sistemas de informação conforme a Resolução CFM nº 2.314, de 20 de abril de 2022, e ditames estabelecidos pela Lei nº 14.510, de 27 de dezembro de 2022.



PREFEITURA DE
VILA VELHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE VILA VELHA
SEMSA/PMVV

Do telemonitoramento

4.8.67 O telemonitoramento na atenção especializada em saúde por meio de plataforma computacional, será elencado por especialidade clínica e dimensionado de acordo com a necessidade da contratante, para acompanhamento remoto, pelo profissional médico, das informações de saúde dos pacientes atendidos nas teleconsultas;

4.8.68 O telemonitoramento consistirá no acompanhamento remoto e sistemático de pacientes previamente atendidos em teleconsulta, que apresentem condições clínicas que demandem observação evolutiva por período determinado, conforme avaliação médica.

4.8.69 Indicação para Telemonitoramento: O médico especialista, ao finalizar a teleconsulta, poderá indicar o telemonitoramento quando identificar necessidade de acompanhamento mais próximo, tais como:

- Ajustes ou troca de medicação;
- Início de tratamento com potencial risco de efeitos adversos;
- Monitoramento de evolução clínica de condição específica;
- Avaliação de adesão terapêutica;
- Outras situações que, a critério clínico, justifiquem acompanhamento remoto temporário.

A indicação deverá conter:

- Justificativa clínica;
- Período estimado de monitoramento (em dias);
- Frequência de interação;
- Critérios de alerta para reavaliação.

4.8.70 Registro e Ativação do Monitoramento - Após a indicação, o profissional deverá registrar no sistema:

- A inclusão do paciente em programa de telemonitoramento;
- O período de acompanhamento;
- Os parâmetros clínicos a serem observados.

A plataforma deverá automaticamente ativar o fluxo de monitoramento digital do paciente.

4.8.71 O telemonitoramento será realizado por meio de ferramenta digital integrada à plataforma de telessaúde, podendo utilizar aplicativo de mensagens instantâneas oficialmente vinculado ao sistema, com envio programado de comunicações estruturadas ao paciente.

O sistema poderá:

- Encaminhar mensagens automatizadas em periodicidade definida pelo médico (ex.: dias alternados);
- Formular perguntas objetivas relacionadas à condição clínica monitorada;
- Registrar as respostas no prontuário eletrônico;
- Classificar automaticamente as respostas conforme critérios de risco previamente configurados.

As interações deverão ocorrer por meio de linguagem clara, objetiva e padronizada, garantindo segurança da informação e rastreabilidade.

4.8.72 Caso as respostas do paciente indiquem:

- Relato de efeitos adversos relevantes;
- Piora clínica;
- Não adesão terapêutica;
- Ou qualquer parâmetro previamente definido como crítico,

O sistema deverá sinalizar automaticamente a necessidade de reavaliação médica.

Nesses casos, deverá ser:

- Agendada nova teleconsulta em caráter prioritário; ou
- Realizado contato ativo pelo profissional responsável, conforme protocolo estabelecido.

4.8.73 O telemonitoramento não substitui consulta médica formal quando houver necessidade de avaliação clínica aprofundada, devendo ser utilizado como ferramenta complementar de acompanhamento.

4.8.74 A responsabilidade técnica pelo acompanhamento permanecerá com o profissional médico designado pela CONTRATADA durante o período indicado.

4.8.75 Os profissionais deverão:

4.8.75.1 Receber capacitação específica sobre os protocolos municipais rede municipal de saúde;

4.8.75.2 Receber treinamento em plataformas de atendimento e Prontuário Eletrônico em Rede;

4.8.75.3 Receber treinamento quanto às boas práticas na realização da consulta remota, com atenção para adequada ambientação, assim como em relação à segurança e privacidade das informações/ proteção de dados /LGPD;

4.8.75.4 Prescrever medicações conforme a REMUME. Em casos de prescrição de medicação não relacionada na REMUME ou RENAME deverá, obrigatoriamente, conter o nome da substância farmacológica;

4.8.75.5 Adotar condutas estritamente antidiscriminatórias, livres de vieses religiosos e morais, e focadas no respeito à diversidade, autonomia do usuário e rigor científico, sempre garantindo o sigilo e a confidencialidade das informações;

4.8.76 Os serviços contratados consistem na realização de monitoramento de pacientes que precisem de acompanhamento das condições de saúde, atendidos através do uso de plataforma computacional de telessaúde, nas quantidades anuais indicadas;



**PREFEITURA DE
VILA VELHA**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE VILA VELHA
SEMSA/PMVV**

- 4.8.77 Todos os telemonitoramentos realizados, independentemente da especialidade, devem ser devidamente registrados em prontuário eletrônico. Este registro deverá incluir informações completas sobre o atendimento, como diagnóstico, conduta clínica, prescrições e orientações fornecidas;
- 4.8.78 A CONTRATADA deverá disponibilizar profissionais médicos especialistas que realizarão os atendimentos, devidamente inscritos nos seus respectivos Conselhos Regionais competentes e com Registro de Qualificação de Especialista (RQE) compatível com a especialidade ofertada, sem qualquer vínculo com a CONTRATANTE;
- 4.8.79 Os telemonitoramentos devem ser assegurados no horário de 07h às 19h, de segunda-feira a sexta-feira;
- 4.8.80 Os serviços devem ser executados por meio de metodologias interativas de comunicação audiovisual e de dados, gestão de serviços diagnósticos, ferramentas informatizadas e metodologia de gerenciamento para melhoria de atendimento com qualidade e agilidade, práticas e condutas de tratamento, obedecendo os critérios estabelecidos para certificação dos sistemas de informação conforme a Resolução CFM nº 2.314, de 20 de abril de 2022, e ditames estabelecidos pela Lei nº 14.510, de 27 de dezembro de 2022;
- 4.8.81 As receitas médicas, pedidos de exames, atestados e outros deverão ser enviadas diretamente para o usuário cadastrado, com assinatura digital do profissional médico;
- 4.8.82 Os atendimentos virtuais realizados por profissionais de saúde serão evoluídos em Prontuário Eletrônico da contratada.

Da teleeducação

- 4.8.83 A educação em saúde para profissionais da Secretaria Municipal de Saúde de Vila Velha por meio de plataforma computacional, sobre temas e saúde preventiva e protocolos de saúde, em uma quantidade de 05 (cinco) por ano;
- 4.8.84 Os profissionais deverão:
- 4.8.84.1 Receber capacitação específica sobre os protocolos municipais rede municipal de saúde;
- 4.8.84.2 Receber treinamento em plataformas de teleeducação;
- 4.8.84.3 Elaborar conteúdo técnico, vídeos e material escrito para realização das capacitações;
- 4.8.84.4 Disponibilizar cronograma de capacitações;
- 4.8.85 Os serviços contratados consistem na realização de capacitação sobre saúde preventiva e protocolo de saúde do município através do uso de plataforma computacional para cursos, trilhas formativas,



webinars e compartilhamento de conteúdo, para promover aprendizado e o aperfeiçoamento constante dos profissionais;

4.8.86 Poderão ser ofertados cursos realizados por instituições reconhecidas e devidamente cadastradas pelo MEC;

4.8.87 A contratada deverá realizar pesquisa de satisfação sobre os conteúdos após cada capacitação.

4.9 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

4.9.1 **Atestado(s) de Capacidade Técnica:** Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

4.9.1.1 Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

4.9.1.2 Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, observar-se-á o disposto no art. 67, §§ 10 e 11, da Lei 14.133/2021.

4.9.1.3 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

4.9.2 **Licença de Funcionamento**, expedido pelo órgão competente do Município ou Estado ou Distrito Federal onde for domiciliado o FORNECEDOR, devidamente válido na forma da legislação específica vigente. No caso de estabelecimento isento de registro, deverá ser apresentado o documento comprobatório com as devidas justificativas.

4.10 DO PRAZO DE ENTREGA:

4.10.1 A empresa deverá iniciar a prestação dos serviços no dia subsequente da assinatura do contrato.

4.10.2 A equipe médica para compor a teleconsulta deverá iniciar os atendimentos no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos após a assinatura do contrato;

4.10.3 Os testes de validação e integração da solução tecnológica deverão iniciar no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos após a assinatura do contrato;



**PREFEITURA DE
VILA VELHA**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE VILA VELHA
SEMSA/PMVV**

- 4.10.4 Os módulos de teleconsultoria, telemonitoramento e teleducação deverão estar operacionais no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos após a assinatura do contrato, respeitando a ordem de entrega iniciando pelo módulo de teleconsultoria em até 30 (trinta) dias, telemonitoramento em até (60 dias) e teleducação em até 90 (noventa) dias.

4.11 DO LOCAL DE ENTREGA

- 4.11.1 Os serviços serão executados de forma híbrida, compreendendo o atendimento remoto por meio de plataforma digital de telessaúde, execução administrativa e tecnológica nas dependências da contratada, quando aplicável.

4.12 SUBCONTRATAÇÕES

- 4.12.1 É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, desde que a empresa subcontratada comprove capacidade técnica para a parcela subcontratada, aprovada pela Administração, em conformidade com o previsto pela Lei Federal n.º 14.133/21, em seu art. 122.

4.13 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 4.13.1 Executar o serviço no local indicado, dentro do prazo contratual estabelecido, assegurando a qualidade e a garantia da prestação;
- 4.13.2 Cumprir rigorosamente os prazos de execução dos serviços contratados, observando o cronograma, as etapas previstas e os quantitativos definidos em contrato;
- 4.13.3 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao MUNICÍPIO ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- 4.13.4 Arcar com todas as despesas diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para o município;
- 4.13.5 Executar os serviços em estrita observância à legislação vigente, às normas técnicas aplicáveis e às disposições contratuais inerentes ao objeto;
- 4.13.6 Apresentar, quando do faturamento dos serviços, Nota Fiscal devidamente acompanhada das informações obrigatórias, incluindo número da Autorização de Fornecimento/Empenho ou instrumento equivalente, número do processo administrativo e do certame licitatório, período de execução dos serviços e demais dados exigidos pela CONTRATANTE;
- 4.13.7 Comunicar, imediatamente e por escrito, à CONTRATANTE, a ocorrência de qualquer impedimento ao andamento dos serviços;



- 4.13.8 Considerar, na formação dos preços contratados, todos os tributos, taxas, encargos, despesas operacionais, mobilização, desmobilização, equipamentos, materiais de apoio e demais custos necessários à execução integral dos serviços;
- 4.13.9 A contratada no ato do pagamento deverá comprovar sua regularidade fiscal;
- 4.13.10 Assegurar a qualidade e a conformidade dos serviços prestados, obrigando-se a refazê-los, corrigi-los ou adequá-los, sem ônus adicional para a CONTRATANTE, sempre que verificada desconformidade com as especificações contratuais, sujeitando-se às sanções cabíveis em caso de descumprimento.
- 4.13.11 As empresas que realizarem transações comerciais com órgãos públicos da administração direta e indireta devem emitir Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), em substituição aos tradicionais modelos de documentos fiscais 1 ou 1A, conforme cláusula 2ª, I do Protocolo ICMS 42/09.:“ Cláusula segunda Ficam obrigados a emitir Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, modelo 55, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, a partir de 1º de dezembro de 2010, os contribuintes que, independentemente da atividade econômica exercida, realizem operações:

I - Destinadas à Administração Pública direta ou indireta, inclusive empresa pública e sociedade de economia mista, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;”

V. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1 DAS SOLUÇÕES - alternativas disponíveis no mercado:

5.1.1 Solução 1: Contratação apenas de plataforma tecnológica

Consiste na contratação de empresa especializada para fornecimento de sistema de teleatendimento, ficando sob responsabilidade do Município:

- Disponibilização de médicos;
- Gestão das agendas;
- Monitoramento da qualidade assistencial;
- Garantia de cobertura de ausências e substituições;
- Responsabilidade técnica pelos atendimentos.

Limitações identificadas:

- Necessidade de ampliação do quadro de pessoal ou contratação paralela de médicos;
- Risco de descontinuidade assistencial por ausência de cobertura;
- Aumento da complexidade de gestão contratual (múltiplos contratos);
- Maior risco de responsabilização direta do Município por falhas operacionais;
- Dependência de estrutura administrativa robusta para coordenação clínica.

Conclusão: solução tecnicamente viável, porém operacionalmente onerosa e com maior risco assistencial.

5.1.2 **Solução 2:** Contratação apenas de equipe médica, sem solução tecnológica integrada;

Consiste na contratação de profissionais médicos para realização de teleatendimentos, cabendo ao Município:

- Disponibilizar e manter plataforma tecnológica;
- Garantir segurança da informação;
- Assegurar interoperabilidade com prontuário eletrônico;
- Fornecer suporte técnico;
- Manter infraestrutura de TI.

Limitações identificadas:

- Elevado investimento inicial em desenvolvimento ou aquisição de sistema próprio;
- Necessidade de equipe técnica especializada em TI;
- Risco de falhas tecnológicas impactarem diretamente o atendimento;
- Maior tempo para implantação;
- Fragmentação da responsabilidade entre equipe clínica e suporte tecnológico.

Conclusão: solução com alto custo estrutural e maior risco de descontinuidade operacional.

5.1.3 **Solução 3:** Execução direta pelo Município

Consiste na estruturação integral do serviço pelo próprio ente público, mediante:

- Desenvolvimento ou aquisição de sistema próprio;
- Realização de concurso ou contratação temporária de médicos;
- Criação de equipe administrativa para gestão da telessaúde;
- Implantação de protocolo clínico e governança própria.

Limitações identificadas:

- Alto impacto orçamentário inicial;
- Tempo elevado para implementação;
- Limitações impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal quanto à despesa com pessoal;
- Dificuldade de rápida escalabilidade;
- Risco de obsolescência tecnológica.

Conclusão: alternativa pouco eficiente no curto e médio prazo, incompatível com a necessidade de implementação célere decorrente da adesão ao Programa Nacional de Expansão e Qualificação da Atenção Ambulatorial Especializada.

5.1.4 **Solução 4:** Contratação de solução de telessaúde;

Consiste na contratação de solução de telessaúde que contemple, os seguintes componentes:



PREFEITURA DE
VILA VELHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE VILA VELHA
SEMSA/PMVV

- Plataforma tecnológica de teleatendimento, incluindo interoperabilidade com sistemas existentes;
- Disponibilização de equipe médica habilitada e com responsabilidade técnica;
- Gestão de agenda e cobertura de faltas;
- Suporte técnico contínuo;
- Monitoramento de indicadores assistenciais e operacionais;
- Integração com sistemas municipais e prontuário eletrônico, quando aplicável.

5.2 DAS POSSÍVEIS FORMAS DE CONTRATAÇÃO:

- 5.2.1 **Forma 1:** Aderir a Ata de Registro de preço de outro Órgão.
- 5.2.2 **Forma 2:** Manifestar intenção de registro de preços junto a outro órgão, na condição de participante.
- 5.2.3 **Forma 3:** Realizar licitação própria.

5.3 DA ANÁLISE E CONCLUSÃO:

- 5.3.1 O levantamento de mercado foi realizado com o objetivo de identificar as soluções disponíveis para atendimento da demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Vila Velha (SEMSA/VV), especialmente no que se refere à implantação e operacionalização de serviços de telessaúde, incluindo infraestrutura tecnológica e prestação de serviços assistenciais especializados.
- 5.3.2 Inicialmente, foram analisadas diferentes alternativas de contratação, dentre as quais se destacam:
- a) contratação de solução totalmente integrada (lote único), contemplando infraestrutura tecnológica e serviços assistenciais;
 - b) contratação segmentada por itens ou serviços isolados; e
 - c) contratação estruturada por grupos funcionais interdependentes.
- 5.3.3 A alternativa de contratação por itens isolados foi afastada em razão do elevado risco de descontinuidade operacional, dificuldades de integração entre sistemas distintos, aumento da complexidade de gestão contratual e comprometimento da qualidade dos serviços prestados, especialmente em razão da necessidade de interoperabilidade entre plataforma tecnológica e execução assistencial.
- 5.3.4 Por sua vez, a contratação em lote único, embora favoreça a integração total da solução, pode restringir a competitividade do certame, limitando a participação de empresas especializadas em segmentos específicos, como desenvolvimento tecnológico ou prestação de serviços médicos, o que pode impactar negativamente a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração.
- 5.3.5 Diante disso, a Administração optou pela modelagem da contratação em dois grupos, considerando a natureza da solução tecnológica e assistencial pretendida:



- **Grupo 1 – Infraestrutura Tecnológica:** compreendendo o desenvolvimento, implantação, integração, manutenção e suporte da plataforma de telessaúde, incluindo APIs, interoperabilidade com sistemas existentes e demais requisitos tecnológicos;
- **Grupo 2 – Serviços Assistenciais em Telessaúde:** contemplando a execução de teleconsultas, teleconsultorias, telemonitoramento e demais ações assistenciais previstas.

5.3.6 Embora estruturados de forma distinta, os grupos apresentam elevada interdependência, uma vez que a execução dos serviços assistenciais depende diretamente da disponibilidade, estabilidade, desempenho e integração da infraestrutura tecnológica.

5.3.7 A adoção dessa modelagem encontra respaldo nos arts. 40 e 47 da Lei nº 14.133/2021, que orientam o parcelamento do objeto como regra, desde que técnica e economicamente viável, com vistas à ampliação da competitividade e ao melhor aproveitamento das condições do mercado.

5.3.8 Nesse sentido, a divisão em grupos permite a participação de empresas especializadas em cada segmento, ao mesmo tempo em que preserva a coerência e a funcionalidade da solução como um todo, garantindo que a infraestrutura tecnológica (Grupo 1) seja adequada para suportar integralmente a demanda operacional e assistencial estimada (Grupo 2).

5.3.9 Por fim, o levantamento de mercado demonstrou a existência de fornecedores aptos a atender às demandas propostas, tanto no segmento tecnológico quanto assistencial, evidenciando a viabilidade da contratação nos moldes definidos, com potencial de obtenção de propostas competitivas e aderentes às necessidades da Administração.

VI. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 6.1** A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços de telessaúde, objetivando soluções tecnológicas, realização de teleconsultas médicas especializadas, teleconsultorias assíncronas, telemonitoramento de pacientes e ações de teleeducação, em conformidade com as diretrizes da saúde digital do Sistema Único de Saúde (SUS).
- 6.2** A execução do serviço compreende a oferta integrada das modalidades de teleconsulta especializada, teleconsultoria assíncrona, telemonitoramento e teleeducação, contemplando as especialidades de cardiologia e ginecologia, selecionadas dentre aquelas elencadas pelo Ministério da Saúde no Edital de Chamamento Público nº 03/2025. A solução deverá assegurar a interoperabilidade com as plataformas oficiais do SUS e com a Rede Nacional de Dados em Saúde (RNDS), bem como observar as diretrizes técnicas, assistenciais, éticas e de segurança da informação aplicáveis à prestação de serviços de saúde a distância.
- 6.3** A contratação por prazo determinado permitirá à Administração Pública atender a uma demanda assistencial específica, vinculada à execução do projeto aprovado no âmbito do Programa Agora Tem Especialistas, sem a necessidade de ampliação permanente do quadro de pessoal ou de expansão da infraestrutura física existente.



**PREFEITURA DE
VILA VELHA**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE VILA VELHA
SEMSA/PMVV**

Tal modelo mostra-se especialmente adequado diante das limitações estruturais do Centro de Especialidades Médicas do Município e das dificuldades enfrentadas nos processos seletivos para provimento de médicos especialistas no modelo presencial.

- 6.4** A solução integrada proposta transfere à contratada a responsabilidade pela disponibilização da mão de obra especializada, pela infraestrutura tecnológica, pelos equipamentos, pelo suporte técnico e pela manutenção dos serviços, assegurando maior eficiência operacional, continuidade assistencial e padronização dos processos. Ademais, a contratação integrada facilita o gerenciamento contratual, o monitoramento dos níveis de serviço e a responsabilização pela execução do objeto.
- 6.5** Dessa forma, a solução como um todo apresenta-se como tecnicamente adequada, juridicamente regular e alinhada ao interesse público, uma vez que possibilita a correta aplicação dos recursos federais repassados, contribui para a redução da demanda reprimida por consultas especializadas, amplia o acesso da população aos serviços de saúde, fortalece a Rede de Atenção à Saúde do Município de Vila Velha e atende às diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde e à legislação vigente.

VII. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

- 7.1** Elaboração da especificação, pesquisa de códigos dos itens no SMARPARD e estoques disponíveis:
- 7.1.1** As especificações apresentadas descrevem o objeto a ser contratado de forma estruturada por itens que compõem dois grupos e justifica-se pela natureza indivisível da solução tecnológica necessária. Ademais, a divisão em grupos fundamenta-se no Art. 40 e no Art. 47 da lei 14.133/2021, buscando o melhor aproveitamento do mercado e a viabilidade técnica, garantindo que a infraestrutura tecnológica (Grupo 1) suporte plenamente a demanda operacional e assistencial estimada (Grupo 2).
 - 7.1.2** O objeto integra a estruturação de um Núcleo de Telessaúde no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, constituindo serviço com características próprias e modelo assistencial distinto daqueles atualmente executados pela SEMSA.
 - 7.1.3** Em razão dessa especificidade, verifica-se que os serviços ora propostos não possuem correspondência integral com códigos previamente cadastrados no sistema SMARAPD ou nos demais sistemas internos de compras e monitoramento utilizados pela Secretaria.
 - 7.1.4** Dessa forma, faz-se necessária a criação de código específico para adequada identificação, classificação orçamentária, registro contratual e acompanhamento da execução do objeto, garantindo rastreabilidade, transparência e controle administrativo compatível com a natureza inovadora do serviço.
- 7.2** Para o treinamento e Capacitação, com o objetivo de garantir a curva de aprendizado e a adesão dos profissionais da ponta, foi considerado o número de Unidades de Saúde e ao total de profissionais que utilizarão o sistema, prevendo turmas para multiplicadores e novos usuários.

- 7.3** As Teleconsultas em Cardiologia e Ginecologia foram baseadas na fila de espera do sistema de regulação municipal e no tempo médio de espera atual.
- 7.4** A Teleconsultoria Assíncrona, com suporte em até 72h, justifica-se pela redução de encaminhamentos desnecessários ao especialista. Assim, foi realizada uma estimativa de 10% a 20% do volume total de atendimentos clínicos mensais da rede básica que possuem potencial de dúvida diagnóstica.
- 7.5** O telemonitoramento na atenção especializada em saúde para acompanhamento remoto, pelo profissional médico, das informações de saúde dos pacientes atendidos nas teleconsultas. Consistirá no acompanhamento remoto e sistemático de pacientes previamente atendidos em teleconsulta, que apresentem condições clínicas que demandem observação evolutiva por período determinado, conforme avaliação médica.
- 7.6** A Teleducação se justifica pela necessidade de padronização das condutas clínicas na rede municipal, garantindo que o especialista e o médico da unidade de saúde falem a mesma língua técnica. O cálculo foi baseado no cronograma de atualização das linhas de cuidado prioritárias da SEMSA/VV (Ex: 01 ciclo de protocolos por especialidade contratada).

GRUPO 1						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO SISTEMA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Desenvolvimento de API de integração com o sistema de teleconsulta já existente, para as funcionalidades de teleconsultoria assíncrona e tratamento das informações, contemplando treinamento e capacitação dos colaboradores da contratante para operacionalização da plataforma	Cadastrar	Serviço	1		

GRUPO 2						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO SISTEMA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2	Teleconsulta com médico especialista em cardiologia	Cadastrar	Unidade	300/mês		
3	Teleconsulta com médico especialista em ginecologia	Cadastrar	Unidade	100/mês		
4	Teleconsultoria assíncrona – suporte especializado para resposta em até 72h	Cadastrar	Unidade	50/mês		
5	Telemonitoramento – acompanhamento dos dados e indicadores	Cadastrar	Unidade	100/mês		

GRUPO 2						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO SISTEMA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
6	Teleducação – Desenvolvimento de protocolos, capacitações e treinamento	Cadastrar	Unidade	5/ano		

7.7 Ressalta-se que as quantidades estimadas não representam obrigação de aquisição por parte da Administração, servindo apenas como referência para a formulação das propostas pelos licitantes. Para a execução contrato, será solicitado no mínimo 10% da estimativa total especificado.

VIII. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Considerando a Portaria GM/MS nº 9.211, de 10 de dezembro de 2025, que homologa as diretrizes para o repasse de recursos financeiros aos entes federativos cujas propostas foram selecionadas no âmbito do Edital nº 03/2025, registra-se que o Município de Vila Velha foi contemplado com o montante de R\$ 2.039.474,00 (dois milhões, trinta e nove mil, quatrocentos e setenta e quatro reais), para execução do projeto no período de 12 (doze) meses, em conformidade com o plano de trabalho apresentado e aprovado.

Dessa forma, a estimativa global da contratação deverá observar como limite máximo o valor total repassado pelo Ministério da Saúde, assegurando a compatibilidade entre o planejamento orçamentário e a execução do objeto.

Os valores unitários dos itens que compõem o objeto serão definidos com base em pesquisa de mercado a ser realizada pelo setor competente da Administração Municipal, em observância aos princípios da economicidade e da vantajosidade.

Referente à oferta de serviços complementares no âmbito do SUS, por meio de contratos pela administração pública, destaca-se existência da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS (SIGTAP) federal que estabelece o valor de R\$ 10,00 (dez) para teleconsultas médicas na atenção especializada (código 03.01.01.030-7), conforme normatizado pelo Ministério da Saúde. No entanto, essa tabela apresenta defasagem significativa, reconhecida por diversas instâncias governamentais e estudos, o que torna impraticável a contratação de serviços a esse preço no mercado atual, devido ao aumento de custos operacionais, inflação e remuneração de profissionais. Essa defasagem impacta a viabilidade de prestadores privados complementarem o SUS, conforme previsto na Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080/1990, art. 24), levando à necessidade de complementações locais ou negociações baseadas em pesquisas de mercado.

No caso específico do município de Vila Velha/ES, não há instituição de uma tabela SUS complementar municipal própria, diferentemente do que ocorre no âmbito estadual com a Tabela SUS Capixaba (instituída pela Lei Complementar Estadual nº 907/2019 e atualizada por portarias da Secretaria de Estado da Saúde - SESA, como a nº 166-R/2024), que prevê complementos aos valores federais para procedimentos como exames e consultas.

Para comprovar que outras administrações públicas adotam valores unitários acima da tabela SUS federal, citam-se exemplos de contratos e editais recentes, focando exclusivamente em valores unitários de teleconsultas em atenção ambulatorial especializada:

- No Estado do Espírito Santo (SESA/ES, Edital de Credenciamento SRSV/NRA nº 007/2025), teleconsultas em neurologia pediátrica, psiquiatria adulto e neurologia adulto são contratadas a R\$ 75,00 por consulta; em endocrinologia, cardiologia, otorrinolaringologia, gastroenterologia, reumatologia, pneumologia, angiologia, dermatologia e urologia adulto, a R\$ 50,00 por consulta (código SUS 03.01.01.030-7), somando o valor federal mais complemento estadual.
- No Município de Timbó/SC (Termo de Referência para Telemedicina, 2025), teleconsultas especializadas em psicologia, nutrição e fonoaudiologia custam R\$ 103,11 por hora (até 2 consultas/hora); em psiquiatria e neurologia, R\$ 212,89 por hora; em neuropediatria, R\$ 239,21 por hora; e em outras especialidades como cardiologia, dermatologia e endocrinologia, R\$ 191,99 por hora (até 3 consultas/hora), reconhecendo explicitamente a insuficiência dos R\$ 10,00 federais.
- No Consórcio Intermunicipal de Saúde do Sul de Alagoas (CONISUL/AL, Edital de Chamamento Público nº 01/2025), teleconsultas em cardiologia, neurologia, pediatria, ginecologia, ortopedia, proctologia, hepatologia e pneumologia são a R\$ 123,74 por consulta; em psiquiatria, R\$ 135,09; em endocrinologia, neurologia pediátrica e psiquiatria infantil, R\$ 169,29; e em nefrologia, urologia, dermatologia, reumatologia, infectologia, gastroenterologia, hematologia vascular e otorrinolaringologia, R\$ 178,15 por consulta.

Tais referências evidenciam que a Administração Pública, diante da defasagem da tabela SUS federal, tem adotado estratégias de complementação de valores com base em pesquisas de mercado, a fim de garantir a viabilidade da contratação e a adequada prestação dos serviços.

Nesse contexto, a Administração Municipal poderá adotar, como referência, a construção de parâmetros próprios de precificação, alinhados às práticas de mercado e às experiências de outros entes federativos, assegurando o equilíbrio econômico-financeiro da contratação.

Por fim, destaca-se que a definição dos valores unitários para teleconsultas em atenção ambulatorial especializada, bem como para os demais itens que compõem o objeto deste Estudo Técnico Preliminar, deverá ser consolidada a partir de pesquisa de mercado formal, a ser conduzida pelo setor competente, garantindo fundamentação técnica adequada para a futura contratação.

IX. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Após análise da natureza do objeto e das necessidades assistenciais e operacionais envolvidas, especialmente da solução descrita no item 5.14, conclui-se pela viabilidade e recomendação do parcelamento da solução em 02 (dois) grupos distintos, conforme faculta o Art. 40 e o Art. 47 da Lei Federal nº 14.133/2021.



PREFEITURA DE
VILA VELHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE VILA VELHA
SEMSA/PMVV

A solução a ser contratada possui natureza complexa e multidisciplinar, envolvendo, de forma simultânea, componentes tecnológicos e assistenciais, os quais, embora distintos sob o ponto de vista de mercado e especialização, apresentam elevada interdependência operacional.

A decisão pelo parcelamento fundamenta-se na busca pela ampliação da competitividade, permitindo que empresas especializadas em tecnologia da informação (TI) e empresas especializadas em serviços médicos possam disputar os itens pertinentes às suas competências principais, sem que o porte ou a segmentação de uma peça a participação da outra.

A modelagem em dois grupos (Grupo 1 – Infraestrutura Tecnológica e Grupo 2 – Serviços Assistenciais em Telessaúde) justifica-se pela especialização de mercado, visto que a implementação de plataformas de telessaúde e o de prestação de serviços médicos especializados possuem dinâmicas distintas. O parcelamento atrai propostas tecnicamente mais qualificadas e economicamente mais vantajosas para cada segmento; pela interdependência entre os grupos que será assegurada via requisitos técnicos de integração (APIs) detalhados no Termo de Referência, garantindo que a infraestrutura do Grupo 1 suporte plenamente a execução assistencial do Grupo 2; por eficiência administrativa já que a divisão permite uma fiscalização mais assertiva de cada componente da solução, facilitando a identificação e correção de eventuais falhas, sejam elas de ordem tecnológica ou de desempenho clínico; pela mitigação de riscos de monopólio, pois o parcelamento evita a dependência de um único fornecedor para frentes de naturezas tão diversas, garantindo ao Município maior governança sobre a política de saúde digital.

Importante destacar que, embora parcelada sob o aspecto contratual, a solução será implementada de forma funcionalmente integrada, devendo os fornecedores garantir a plena compatibilidade e interoperabilidade entre os sistemas e serviços contratados, de modo a assegurar a continuidade e a qualidade da assistência prestada.

Sob o aspecto econômico, o parcelamento mostra-se vantajoso para a administração pública, uma vez que a ampliação da disputa tende a reduzir os preços unitários, alinhando-se aos princípios da economicidade e da seleção da proposta mais vantajosa.

Dessa forma, conclui-se que o parcelamento em grupos é a alternativa que melhor atende ao interesse público, por equilibrar integração da solução, competitividade do certame, viabilidade técnica e eficiência na execução dos serviços de telessaúde no Município de Vila Velha.

X. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

10.1 Esta contratação é interdependente à oferta do atendimento integral nos serviços de saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Vila Velha.

XI. RESULTADOS PRETENDIDOS

11.1 O resultado pretendido será alcançado através da melhoria da qualidade de atendimento, aumento da eficiência operacional, segurança do paciente, melhoria das condições de trabalho, aumento da satisfação do



paciente e da equipe. Além disso, a adequada gestão de estoque e a garantia da disponibilidade dos materiais necessários contribuirão para a continuidade e efetividade dos serviços assistenciais.

11.2 Dessa forma, o presente objeto contribuirá significativamente para a melhoria da promoção, prevenção e tratamento de saúde da população atendida pelo SUS do município de Vila Velha.

11.3 Critérios qualitativos devem manter o mesmo padrão ético e técnico do atendimento presencial. De acordo com diretrizes do Conselho Federal de Medicina (CFM) e do Ministério da Saúde, os principais critérios incluem:

- 11.3.1 Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE): O paciente deve ser informado sobre as limitações do atendimento remoto, como a ausência de exame físico completo, e concordar formalmente com a modalidade.
- 11.3.2 Privacidade e Sigilo: Garantia de que a plataforma utilizada utiliza criptografia e segue a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) para proteger informações sensíveis.
- 11.3.3 Identificação Correta: Procedimentos rigorosos para validar a identidade tanto do profissional quanto do paciente no início da chamada.
- 11.3.4 Cuidado Centrado no Paciente: Foco na experiência do usuário, avaliando a facilidade de uso do sistema e a clareza na comunicação.
- 11.3.5 Efetividade e Resolutividade: Capacidade da teleconsulta de resolver a demanda do paciente sem necessidade imediata de encaminhamento presencial desnecessário.
- 11.3.6 Registro Adequado: Todo atendimento deve ser registrado em prontuário eletrônico, garantindo a continuidade do cuidado e a interoperabilidade de dados.
- 11.3.7 Estabilidade de Conexão: Qualidade de áudio e vídeo suficiente para uma anamnese precisa e observação clínica visual.
- 11.3.8 Usabilidade da Plataforma: Sistemas que não sejam desnecessariamente complexos e que integrem funções como prescrição eletrônica e emissão de atestados.

XII. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

As providências a serem adotadas previamente são:

12.1 Capacitação de servidores para fiscalização e gestão:

Manter e fortalecer a capacitação dos servidores designados para a gestão e fiscalização contratual, por meio de educação continuada e atualização quanto às normas aplicáveis às contratações públicas, especialmente à Lei nº 14.133/2021, bem como às regulamentações específicas da prática de telemedicina e telessaúde.

A capacitação deverá contemplar, no mínimo: Atribuições do gestor e fiscal do contrato, Monitoramento de indicadores de desempenho, Controle de execução do objeto, Procedimentos de aplicação de penalidades, Noções de proteção de dados pessoais e segurança da informação.

12.2 Necessidade de promover transição contratual:

O serviço de telessaúde encontra-se em fase inicial de implantação no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, inexistindo contrato anterior com objeto semelhante.

Dessa forma, não há transição contratual a ser realizada.

Todavia, deverá ser elaborado plano de implantação inicial, contendo cronograma de ativação da plataforma, definição das unidades participantes e organização dos fluxos assistenciais, a fim de garantir início estruturado e seguro da prestação do serviço

12.3 Análise do ambiente e Instalação:

Considerando a natureza do objeto, que consiste na prestação de serviços por meio de plataforma digital de telessaúde com os custos da contratação médica especializada à cargo da contratada, não haverá entrega ou instalação de equipamentos permanentes pela Administração.

A plataforma tecnológica será disponibilizada pela contratante em ambiente digital próprio, cabendo à Administração validar a compatibilidade operacional e o atendimento aos requisitos de segurança da informação da solução tecnológica apresentada pela contratada.

XIII. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E TRATAMENTOS

13.1 Tramitação virtual: Como medida sustentável todas as fases do processo desde a fase interna até a gestão e fiscalização contratual é realizada eletronicamente.

13.2 As práticas de sustentabilidade devem ser observadas pela contratada:

- a) Comprovar, como condição prévia à assinatura do contrato e durante a vigência contratual, sob pena de rescisão contratual, o atendimento das seguintes condições:
 - I. Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTE/SDH nº 2, de 12 de maio de 2011;
 - II. Não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a



PREFEITURA DE
VILA VELHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE VILA VELHA
SEMSA/PMVV

previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nos 29 e 105.

13.3 Gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde: Todo o manejo dos resíduos deve seguir as normas vigentes bem como os fluxos padronizados.

XIV. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Conclui-se sobre a viabilidade e razoabilidade da contratualização em tela, por serem itens essenciais para a assistência ofertada na Secretaria Municipal de Saúde dentro da política de saúde. Resultando no cumprimento do Planejamento Municipal e qualificação de atendimento e tratamento aos pacientes que necessitam utilizar estes serviços.

XV. ANEXOS

- ANEXO I – MAPEAMENTO DE RISCOS (inc. X do art. 18 e inc. I do art. 72 da Lei 14.133/2021, do item XII do Anexo Único do Decreto Municipal de Vila Velha nº 345/2023)
- ANEXO II - MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS DO CONTRATO (arts. 22, 45 e 103 da Lei 14.133/2021)

XVI. RESPONSÁVEIS

Vila Velha/ES, 18 de março de 2026.

Elaborado por:

Assinado eletronicamente

Jéssika Fialho Honório Schimainski

Coordenadora Geral Ambulatorial de Serviços Especializados
Matrícula: 10004195

Assinado eletronicamente

Camila Leal Cravo Duque

Enfermeira – Atenção Especializada
Matrícula: 10006824

Revisado por:

Assinado eletronicamente

Alessandra Barcelos

Subsecretária da Atenção Especializada
Matrícula: 10002682

Diante de todo o exposto no Estudo Técnico Preliminar — ETP, que concluiu pela viabilidade da presente contratação, APROVO o presente ETP objetivando a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de telessaúde, objetivando soluções tecnológicas, realização de teleconsultas médicas especializadas,



PREFEITURA DE
VILA VELHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE VILA VELHA
SEMSA/PMVV

teleconsultorias assíncronas, telemonitoramento de pacientes e ações de teleducação, em conformidade com as diretrizes da saúde digital do Sistema Único de Saúde (SUS).

Assinado eletronicamente

Cátia Cristina Vieira Lisboa

Secretária Municipal de Saúde

Matrícula: 10002563

ANEXO I - MAPEAMENTO DE RISCOS

(Inc. X do art. 18 e inc. I do art. 72 da Lei 14.133/2021, do item XII do Anexo Único do Decreto Municipal de Vila Velha nº 345/2023)

O mapeamento de riscos permite identificar, avaliar e gerenciar os riscos que possam comprometer o sucesso da contratação e execução dos serviços. Para cada risco identificado, define-se a probabilidade de ocorrência do evento, os possíveis danos potenciais, possíveis ações preventivas e mitigadoras. O resumo dos riscos e de sua análise com relação a contratação e execução dos serviços estão descritas nas Tabelas 1 e 2.

Tabela 1: Riscos relacionados ao processo de contratação e execução

PROCESSO O CRÍTICO	IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS E CAUSAS			ANÁLISE E AVALIAÇÃO DOS RISCOS		CONTROLE	
	IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS (potencial causador de ruptura no processo)	DESCRIÇÃO DAS POSSÍVEIS CAUSAS	EFEITO - CONSEQUÊNCIA	PROBABILIDADE	GRAVIDADE	PREVENÇÃO	CONTINGÊNCIA
FASE INTERNA - SETOR REQUISITANTE 1	Elaboração de Estudo Preliminar insuficiente para a contratação Fragilidade nos critérios de contratação	Falta de clareza, objetividade e completude na descrição	Contratação de serviços com falhas de especificação Necessidade de aditivo contratual Dimensionamento inadequado da proposta - impugnação do edital	BAIXA	ALTA	Levantar necessidade de capacitação e implementar rotina de treinamento Definição detalhada dos equipamentos, dos projetos executivos e dos serviços de instalação necessários ao modelo de contratação definido	Retornar o processo ao setor requisitante com descrição dos ajustes necessários



PREFEITURA DE
VILA VELHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE VILA VELHA
SEMSA/PMVV

PROCESSO CRÍTICO		IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS E CAUSAS			ANÁLISE E AVALIAÇÃO DOS RISCOS		CONTROLE	
		IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS (potencial causador de ruptura no processo)	DESCRIÇÃO DAS POSSÍVEIS CAUSAS	EFEITO - CONSEQUÊNCIA	PROBABILIDADE	GRAVIDADE	PREVENÇÃO	CONTINGÊNCIA
FASE INTERNA - SETOR REQUISITANTE	2	Erro na qualificação técnica do fornecedor, detectado após licitação e antes da assinatura do contrato	Falta de capacitação da equipe	Fornecedor incapaz de executar o contrato Atraso na licitação e contratação Restrição à participação de concorrentes	BAIXA	MÉDIA	Realizar conferência da qualificação técnica do futuro contratado	Revogação da licitação e republicação do edital de licitação com qualificação técnica correta do futuro contratado, abrindo novo prazo para abertura das propostas
FASE INTERNA - SETOR REQUISITANTE	3	Restrição à competitividade	Análise de contratação com adoção de excessivas cláusulas técnicas restritivas	Impugnação e Suspensão do certame, certame deserto ou fracassado Preços elevados contratados	MÉDIA	MÉDIA	O setor requisitante deve adotar características específicas que estejam de acordo com a natureza do objeto licitado	O processo deverá retornar para o setor requisitante para análise
FASE INTERNA	4	Falha na classificação do arrematante, sem observações aos valores unitário e global de referência, bem como ausência de memória de cálculo na proposta, após a assinatura do contrato	Prazo de conferência com indícios de sobrepreço ou orçamento subestimado	Atraso no processo e contratação	BAIXA	ALTA	Realizar conferência na proposta a fim resgatar valores em favor da administração	Pode ser o caso de anulação e nova licitação e apuração de responsabilidade
	5	Custo do contrato subestimado/ Atraso para início da oferta do serviço	Falha na cotação, na pesquisa de mercado	Licitação, credenciamento ou chamamento deserto ou fracassado; ou possibilidade de elevação dos preços	MÉDIA	MÉDIA	Capacitação dos servidores; ampla pesquisa de mercado	Renovação emergencial do contrato vigente se for o caso



PREFEITURA DE
VILA VELHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE VILA VELHA
SEMSA/PMVV

PROCESSO CRÍTICO		IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS E CAUSAS			ANÁLISE E AVALIAÇÃO DOS RISCOS		CONTROLE	
		IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS (potencial causador de ruptura no processo)	DESCRIÇÃO DAS POSSÍVEIS CAUSAS	EFEITO - CONSEQUÊNCIA	PROBABILIDADE	GRAVIDADE	PREVENÇÃO	CONTINGÊNCIA
				contratados; Aditivo do contrato				
FASE EXTERNA (SEMAD - DCGOV)	6	Falha na análise documental	Empresa sem qualificação econômico-financeira e/ou técnica para execução do objeto	Não obtenção do objeto contratado e descumprimento pela contratada das obrigações previstas em legislação específica e no contrato	BAIXA	ALTA	Incluir no Edital critérios objetivos de qualificação econômico-financeira	Aplicação das sanções administrativas



PREFEITURA DE
VILA VELHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE VILA VELHA
SEMSA/PMVV

ANEXO II - MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS DO CONTRATO

(art. 22, 45 e 103 da Lei 14.133/2021)

Tabela 2: Riscos relacionados à prestação do contrato

PROCESSO CRÍTICO	IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS E CAUSAS			ANÁLISE E AVALIAÇÃO DOS RISCOS		CONTROLE	
	IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS (potencial causador de ruptura no processo)	DESCRIÇÃO DAS POSSÍVEIS CAUSAS	EFEITO - CONSEQUÊNCIA	PROBABILIDADE	GRAVIDADE	PREVENÇÃO	CONTINGÊNCIA
GESTÃO CONTRATUAL	1 Ausência ou falha do gestor e fiscal	Ausência de pessoal qualificado para exercer a função de executor de contratos Falta de padronização ou definição do processo	Descumprimento da norma; Falha no processo de fiscalização Execução contratual em desconformidade com o Termo de Referência e/ou Projeto Básico Danos ao erário Serviço/ item/ objeto insuficiente ou de baixa qualidade para suprir a demanda	BAIXA	MÉDIA	Treinamento dos gestores e fiscais dos contratos Realizar levantamento das habilidades/competências necessárias para a correta fiscalização contratual Avaliação contínua do contrato em relação à qualidade e quantidade da oferta Elaborar um checklist que auxilie na verificação do atendimento das etapas definidas no controle anterior	Emissão de notificação para a empresa Solicitação de adequação



PREFEITURA DE
VILA VELHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE VILA VELHA
SEMSA/PMVV

PROCESSO CRÍTICO	IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS E CAUSAS			ANÁLISE E AVALIAÇÃO DOS RISCOS		CONTROLE	
	IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS (potencial causador de ruptura no processo)	DESCRIÇÃO DAS POSSÍVEIS CAUSAS	EFEITO - CONSEQUÊNCIA	PROBABILIDADE	GRAVIDADE	PREVENÇÃO	CONTINGÊNCIA
GESTÃO CONTRATUAL 2	Ausência do fiscal	Acompanhamento de outras contratações	Não avaliação de outros aspectos contratuais ou recebimento do serviço em desconformidade com as especificações técnicas	BAIXA	ALTA	Organização do setor e tarefas	Notificar fiscal substituto com antecedência



MANIFESTO DE ASSINATURAS

